

O caráter Messiânico dos Movimentos Sociais Rurais Brasileiros.

The Messianic Character of Rural Brazilian Social Movements.

Bianca Vicêncio Leis *

*Graduada em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

O projeto em tela visa pesquisar, comparativamente, a presença do elemento messiânico em três movimentos rurais brasileiros, a saber: Canudos, Contestado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Intenciona-se debruçar sobre as chaves conceituais desenvolvidas nos estudos acerca da temática (messianismo e movimentos messiânicos) desempenhados pelos intelectuais brasileiros Maria Isaura Pe-

reira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro e, ainda, sobre as associações que, na chave romântica, faz o sociólogo alemão Walter Benjamin, entre a religião e a revolução.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Messianismo, Messiânico.

Abstract

The on-screen project aims to comparatively research the presence of the messianic element in three Brazilian rural movements: Canudos, Contestado and the Landless Rural Workers Movement (MST). It is intended to address the conceptual keys developed in the studies of the subject (messianism and messianic movements) performed by the Brazilian intellectuals Maria Isaura Pereira de Queiroz and Duglas Teixeira Monteiro and also on the associations that, in the romantic key, the German sociologist Walter Benjamin, between religion and revolution.

Key-words: Landless Rural Workers Movement. Messia-



nism. Messianic.

1 Introdução

O Brasil é um país marcado, desde o seu descobrimento, pela criação de uma sociedade desigual. No contexto social, a religião tem forte presença e grande importância. O tema que será trabalhado neste artigo refere-se ao caráter messiânico de movimentos (que ocorrem por conta da tamanha desigualdade e miséria sociais), força religiosa esta que se apresenta ainda nos movimentos atuais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No início da República, as oligarquias instauraram a Lei de Terras [1], determinando que apenas através do pagamento à vista se poderia obter um pedaço de terra para moradia (ALMEIDA, 2015), o que contribuiu para deixar camponeses e ex-escravos na marginalização. Como resposta à exclusão social a que o governo submetia o seu povo, ocorrem

movimentos sociais rurais messiânicos e milenaristas, como Canudos e Contestado, sob o comando de líderes que se autodenominavam messias ou monges de Deus, como Antônio Conselheiro e José Maria. Tais movimentos desequilibram a estrutura governamental. Embora derrotados no final, enquanto movimentos realizados por camponeses na luta pela terra, formam importante herança para o que hoje é o MST.

O objetivo deste artigo é investigar, comparativamente, o caráter messiânico dos movimentos históricos de Canudos, do Contestado e do MST. Para tanto, utilizaremos as obras *Messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz; *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*, de Duglas Teixeira Monteiro; e *Walter Benjamin: aviso de incêndio e O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*, de Michel Löwy. A dissertação de mestrado *Agentes religiosos, motivação política: a influência da Igreja Católica na organização do movimento*



dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo e a tese de doutorado *Os caminhos da libertação: valores presentes na luta pela terra*, de Vitor Barletta Machado, serão, aqui, também de grande utilidade.

2 Canudos e Contestado

O processo de colonização das terras brasileiras por Portugal traz enraizado em seu viés histórico a marca da desigualdade social, questão resultante de conflitos violentos. O Brasil é um país com forte caráter religioso, em que a fé se demonstra como referencial em vários movimentos, e parece dirigir as atitudes de seus membros. São exemplos os movimentos sociais em que a fé se notabiliza: Canudos, Contestado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como notado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), em sua obra *O messianismo no Brasil e no mundo*, a religião no contexto brasileiro tornou-se objeto de notícias, porque muitos

fiéis são vistos como fanáticos e vítimas da loucura religiosa.

Os primeiros movimentos destacados são definidos como messiânicos, e o terceiro se encontra no contexto atual, adquirindo a influência do messianismo, marca dos antigos movimentos. Lísias Nogueira Negrão (2001) define os termos messianismo e movimento messiânico. Segundo ele, messianismo é condizente à crença em um salvador, dito como Deus ou seu emissário, e sua chegada é determinante para finalizar a ordem presente, tida como opressiva, instaurando-se uma nova era de virtude e justiça. Já o movimento messiânico é a atuação coletiva que busca concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder carismático. Um ponto importante também destacado por Negrão (2001) é que há a possibilidade de existir movimentos milenaristas não messiânicos, em que faltam a concepção de escathon final, e movimentos messiânicos em que aparece tal concepção. O escathon final significa “o estudo do fim”, com a esperança



na vida para além da morte, alimentando o milenarismo.

Os integrantes dos movimentos messiânicos propriamente milenarista, tem como característica a concepção do escathon final, por acreditarem, com base na fé, no retorno do messias/monge após sua morte. Como exemplo, é possível observar este atributo no movimento do Contestado, - que relato mais detalhadamente no decorrer do artigo – onde seus integrantes, como dito por Queiroz (1974), eram realmente crentes que o monge João Maria voltaria ao mundo, tanto que, as descrições históricas afirmam que ainda teria existido dois José Maria, que se diziam sucessores de João Maria, não levando em consideração os outros homens que surgiam dizendo ser mais um sucessor.

Tais movimentos rústicos, Canudos e Contestado, resultam do ajustamento realizado pelo colonizador português, que deixou à mercê da marginalização os camponeses e facilitou ao capital estrangeiro instalar-se no país, mas dificultando

a vida de muitas pessoas que ali já habitavam (MONTEIRO, 1974). Com estes fatos, os denominados movimentos messiânicos, que ocorreram no final do século XIX e início do XX, advinham, nas regiões em que ocorreram, de comprometimento com o coronelismo. Mas como contraponto ao coronelismo que reafirmavam as autoridades locais, os líderes messiânicos que ali surgiam se popularizavam através da dominação carismática, conceito desenvolvido pelo pensador Max Weber (2003)[2]. No campo, passa a ser prioridade a produção coletiva de grandes plantações de monocultoras e criação de gado em larga escala, reforçando a desigualdade social. Por isso, os camponeses, vítimas da nova realidade, começam uma busca incansável pela Reforma Agrária, não realizada.

O primeiro conflito relatado ficou conhecido como Movimento de Canudos, e aconteceu entre os anos de 1896 a 1897, no interior da Bahia, durante a Primeira República, presidida por Prudente de Moraes. Nesse tempo, a política



da região era ditada por coronéis e donos de latifúndios, espaços em grande parte improdutivos. Por outro lado, havia a massa trabalhadora rural, que buscava mobilizar-se a favor de melhores condições de vida. Porém, surge um sertanejo, oriundo do Ceará, chamado Antônio Conselheiro, que se proclamava missionário de Deus. Em pouco tempo, Conselheiro tornou-se líder popular, como oposição à autoridade local (DOMINGUES, 2005). O líder considerava que o governo republicano era um anticristo, pois o único sistema aceito por Deus seria a monarquia. Anunciava a construção de uma nova Jerusalém, que salvaria todos que ali estavam do Juízo Final, criando o vilarejo de Canudos. Mas, com o passar do tempo, Canudos passou a incomodar o governo, e Antônio Conselheiro, líder máximo para seus fiéis, criou desavenças com as autoridades locais e eclesiásticas, os ameaçando (QUEIROZ, 1977). Assim, o alto poder econômico, em 1897, sob o comando de Arthur Costa, reuniu cerca de 10 mil

homens e tomou a frente do conflito (DOMINGUES, 2005).

A segunda desavença constatada é o Movimento do Contestado, nos anos entre 1912 e 1916, na fronteira do Paraná com Santa Catarina. Diferente do Movimento de Canudos, Contestado advém de um caráter milenarista messiânico, com a concepção de um escathon final. No ano de 1911, as terras locais são concedidas pelo governo a duas empresas americanas, Brazil Railway, e uma madeireira que pertencia ao mesmo proprietário, chamada Southern Brazil Lumber and Colonization Company, levando os camponeses que ali habitavam à miséria. Desponta, naquele local, uma liderança popular caracteristicamente profética, José Maria, que passa a ser visto como o sucessor de João Maria[3].

O novo monge se juntou aos camponeses e antigos funcionários das empresas estrangeiras que, findada a construção da ferrovia, encontravam-se desempregados. Em apoio ao novo messias, a comunidade se posicionava contra as au-



toridades, as empresas estrangeiras e as oligarquias locais. Perseguido pelo governo, José Maria partiu de Santa Catarina para o Paraná, mas acabou falecendo na Batalha do Irani, o que gerou revolta em seus fiéis, que causaram a guerra do Contestado (DOMINGUES, 2005). Mesmo após a morte do messias, os fiéis continuavam a acreditar em sua ressurreição, como relatado na obra de Mauricio Vinhas de Queiroz (1966), *Messianismo e Conflito Social*: “Verificou que estavam verdadeiramente fanatizados pelo monge, acreditavam que êle era um santo, que êle fazia milagres de toda ordem, e que ia ressuscitar a qualquer hora.” (QUEIROZ, 1974:113).

Os movimentos aqui descritos trazem pontos de mesma ordem e outros desiguais. Tanto Canudos quanto Contestado são guiados por um messias de dominação carismática e causam temor às autoridades locais. Entretanto, diferenças podem ser observadas entre os dois movimentos. Canudos não contém em si o caráter milenarista observado no Contestado,

em que se acreditava em um escathon final, identificado na definição de messianismo. Pois o messias representante do movimento de Contestado, não está se personificando na figura de um só homem, mas, sim, como relatado, em três João Maria, que mesmo depois de mortos alimentam o milenarismo. O Movimento de Canudos não se firmou propriamente no milenarismo, promovendo uma rebelião conservadora. O segundo ponto se refere ao fato de Canudos não romper totalmente com a Igreja Católica, sendo considerado por esta um movimento independente apenas da Igreja enquanto instituição, mas não da religião católica. Já o Movimento do Contestado não contém ligações com a Igreja, criando por si só a fé a partir de um “reencantamento do mundo” (NEGRÃO, 2001). Em suma, não é inadequado pensar que possa haver paralelos, mesmo que no plano simbólico, entre aspectos muitos particulares de tais movimentos – ligados à potência da rebelião popular dos camponeses e ao elemento religioso –, com o



atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O MST surgiu, no ano de 1984, como movimento nacional, com o objetivo de concretizar a Reforma Agrária e promover mudanças sociais no país. Isso se deu a partir de um encontro, em Cascavel, no Paraná, de trabalhadores rurais que estavam à luta pela democratização da terra. Desde o início, o MST apoiou-se na Comissão Pastoral da Terra (CPT)[4] e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Teologia da Libertação (TL)[5]. Diferente de Canudos e Contestado, possui uma organização, estratégias e programas comprometidos com o projeto democrático de caráter nacional. A identificação com o passado seria o discurso religioso voltado a Deus, lutas populares com os trabalhadores rurais, e a ideia da terra como um direito natural. Por tanto, obtiveram o apoio da CPT, da Te-

ologia da Libertação, e dos sindicatos rurais; assim, os sem terras enfrentam os latifundiários, fazendeiros e o próprio governo.

O MST é herdeiro das lutas sociais e iniciativas de caráter revolucionário, que ocorreram nos anos de 1960 e 1970 por todo continente da América Latina, e que tiveram como inspiração a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Em meio a essas lutas sociais surgiu como foco das religiões brasileiras a Teologia da Libertação, interessada na defesa da causa dos pobres, lutando por sua emancipação, ao observar que o continente possuía uma economia crescente e uma pobreza cada vez maior.

A partir de 1970, a Teologia da Libertação envolveu pensadores latino-americanos, setores da Igreja, padres, ordens religiosas, bispos, movimentos religiosos como a Ação Católica, redes pastorais com base popular, CEBs, e várias outras organizações populares, que tornaram-se grupos cujo objetivo central era a causa dos explorados. A Teologia da Libertação trabalha para que os próprios pobres tomem



consciência de suas condições, para se organizarem e se manifestarem como cristãos, aderindo aos valores da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e a separação entre Igreja e Estado (LÖWY, 2016:101).

Entretanto, é preciso ficar explícito que, para esta nova teologia, estes indivíduos movidos por fé são agentes de sua própria libertação e sujeitos de suas histórias. Como escreve Michel Löwy: “[...], no cristianismo de libertação latino-americano, a comunidade é, ela própria, um dos valores transindividuais mais centrais, possuindo um significado tanto transcendente quanto imanente, tanto ético/religioso como sociopolítico.” (2016:79).

Os protestantes compuseram o movimento nas décadas de 1960 e 1970, associando-se aos católicos, pois antes de nascer o movimento da Teologia da Libertação, nos textos produzidos para seu início, já haviam pensadores protestantes. Ícones do protestantismo associados à TL foram

Richard Shaull e Rubem Alvez, criando, em 1961, a organização Igrejas e Sociedade na América Latina, a ISAL.

A ISAL foi responsável por conquistar a mobilização de fiéis progressistas de várias denominações protestantes, em um diálogo permanente com “esquerdistas católicos e marxistas” (LÖWY, 2016:180), tendo como propósito uma nova interpretação das Escrituras cristãs. Com seu reconhecimento em expansão, ela tornou-se uma das forças mais importantes de defesa da organização popular contra a ditadura militar brasileira, período em que, infelizmente, foram presos, torturados, exilados e mortos muitos militantes. A ISAL encerrou seu funcionamento em 1975.

Com as importantes contribuições atribuídas à Teologia da Libertação, um de seus principais criadores, Gustavo Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), propõe, em seu livro *Teologia da Libertação – Perspectivas*, ideias originais que causaram um impacto profundo na cultura católica latino-americana.



Sua obra enfatiza a necessidade de romper com o dualismo herdado do pensamento grego, afirmando não existirem as duas realidades, uma temporal e outra espiritual, como é transmitido pela Igreja Católica aos seus fiéis, e que também não haveria duas histórias, a sagrada e a profana. Para ele, existiria apenas uma história e uma realidade humana, e é neste plano que a Redenção e o Reino de Deus devem ser realizados[6].

Ademais, diz que não é a alma dos indivíduos que está em jogo, mas, sim, a redenção e a libertação de todo povo escravizado e, nesta perspectiva, os pobres já não compõem a posição de objetos de piedade ou caridade. O ponto, para o teólogo, é que as populações pobres do continente estariam em uma marcha para o Êxodo, a caminho de sua redenção, e, se o povo rejeitasse a teoria do desenvolvimento, alcançaria uma transformação profunda do sistema de propriedade. Ele defendia uma revolução social que colocasse um fim na dependência ao governo, por meio da qual as classes exploradas

chegariam ao poder. Fala, ainda, sobre uma revolução baseada nos pensamentos marxistas, pois, para ele, o marxismo não é somente uma análise científica, mas é também uma “aspiração utópica de mudança social”. LÖWY (2016: 130) afirma:

Essa descoberta do marxismo pelos cristãos progressistas, e pela Teologia da Libertação não foi um processo meramente intelectual ou acadêmico. Seu ponto de partida foi um fato inevitável, uma realidade brutal e geral na América Latina: a pobreza. Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e uma proposta suficientemente radical para aboli-la.

Ligadas a essa perspectiva, as CEBs alcançaram centenas de milhares de pessoas, como dito pelo autor, talvez milhões de cristãos, sobretudo no Brasil. Por tanto, concretizou-se a atuação dos religiosos junto a pequenos grupos, vizinhos entre si, pertencentes a uma mesma comunidade.



de: favelas, aldeias ou zonas rurais populares, que se reúnem regularmente para rezar, cantar, ler a Bíblia e discuti-la, com o objetivo de refletir sobre a sua própria vida, apreciando e praticando uma série de orações e ritos tradicionais.

Graças às CEBs, várias lutas sociais, democráticas e emancipatórias, ocorreram na América Latina nos últimos trinta e cinco anos. Por meio de atividades pastorais populares, como a pastoral da terra e a indígena, as CEBs se desenvolveram nas periferias dos centros urbanos, com o objetivo de reconstruir um estilo de vida comunitário através das tradições do passado rural, que ainda estavam presentes nas memórias coletivas destes indivíduos, excluídos nesta nova sociedade desenvolvida. De acordo com o teólogo e sociólogo norte-americano Harvey Cox (apud LÖWY), em razão das CEBs, o pobre:

Está se apropriando novamente de um conjunto de estórias e de uma tradição moral que sobrevive à investida violenta da modernização capitalista e agora

está começando a fornecer uma alternativa para o sistema de valores e significados estabelecidos oficialmente. (2016:112).

A Teologia da Libertação compreende, ainda nos dias atuais, que toda a tecnologia desenvolvida na realidade atual em busca do progresso do país está longe de ser a solução para os problemas sociais do continente, como a pobreza, a desigualdade social, o analfabetismo, o desemprego, a migração rural e a violência urbana. Ao contrário, ela pode acabar por intensificar os agravantes sociais. As CEBs rurais são ainda mais céticas que as urbanas em relação ao desenvolvimento tecnológico, pois durante vários anos ocorreram diversos conflitos rurais messiânicos em território brasileiro, o que, com base na leitura de Löwy (2016), ainda faz com que este movimento católico, junto à CPT, esteja à frente da luta pelo direito à indenização para os camponeses expulsos de suas terras, que seriam utilizadas por empresas estrangeiras para o desenvolvimento tecnológico. Tal desenvolvimento foi



sentido de forma mais intensa nas áreas rurais, principalmente pela construção de barragens hidrelétricas a partir dos anos 70:

Como exemplo, alguns bispos e agentes pastorais de uma área de conflito no Nordeste brasileiro que se reuniram em março de 1977 e publicaram uma declaração denunciando as obras hidráulicas de grande porte iniciadas pelo regime militar “em nome do progresso, mas cujo resultado é a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada”. A seu ver, tais projetos são prejudiciais porque, ao invés de ajudarem os pobres, tiram dele seu único pedaço de terra, jogando-os na miséria absoluta. No entanto, ao mesmo tempo, o documento evitara qualquer rejeição total da modernização técnica. (LÖWY, 2016:115-116).

Então, em decorrência do surgimento das obras hidráulicas, principalmente durante a época do regime militar brasileiro:

Mais ou menos na mesma época, no sul do Brasil, a CPT critica as consequências perniciosas da gigantesca barragem de Itaipu[7], em um documento significativamente chamado de “O Mausoléu de Faró”, que também focalizou as questões relaciona-

das com a expropriação da terra dos camponeses e a insuficiência das recompensas. (LÖWY, 2016:116).

Em um plano hegemônico, a Igreja Católica não pensara em abolir o capitalismo, porque seu objetivo central era corrigir os aspectos negativos que este poderia gerar. Com a Teologia da Libertação rebatendo críticas e mobilizando aliados, entretanto, a Igreja insere-se na participação com a população jovem estudantil que se desenvolvia na década de 1960, a “Esquerda Católica”. O nome realmente proposto por eles foi Juventude Universitária Católica (JUC), que acabou por se radicalizar rapidamente com um ideal socialista. Como cita Löwy (2016:146-147), os objetivos da JUC eram: “participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular.” A radicalização destes jovens estava ligada a novas práticas sociais, culturais e políticas.

O crescimento de tal movimento, em 1962, associado



ao Movimento de Educação de Base (MEB) fez desenvolver a Ação Popular (AP), que se autodenominava um movimento político não confessional, direcionando sua dedicação às lutas a favor do socialismo, pelo qual se utilizavam métodos marxistas. O caos a ser enfrentado por estes jovens teve início no ano de 1964, com a instauração da ditadura militar no país que, contrariamente aos movimentos de esquerda, proclamava a “salvação dos cristãos” do “comunismo ateuista”. Por consequência deste golpe militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma declaração apoiando o novo sistema, aderindo ao discurso dos militares, próprios do período da Guerra Fria, que dizia se aproximar “um perigo bolchevique no Brasil” (LÖWY, 2016:148).

Não se calando diante dos fatos que ocorriam por conta da ditadura militar, em 1970, Dom Helder Câmara (LÖWY, 2016), ao visitar Paris, denunciou, pela primeira vez, o uso da tortura contra as pessoas que se opunham à ditadura mi-

litar, o que gerou forte reação das autoridades e das mídias conformistas brasileiras contra o Arcebispo. Junto a Dom Helder Câmara, outros bispos decidiram também manifestar suas críticas à violação dos direitos humanos e à ausência de democracia no país: “Também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, seu programa de “modernização” em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres.” (LÖWY, 2016: 151).

Além das influências aqui mencionadas, o principal movimento de impacto social inserido no contexto do Cristianismo de Libertação é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos mais importantes da América Latina. Com o desenvolvimento moderno se instalando nos territórios brasileiros, um capitalismo selvagem agredia as áreas rurais e seus habitantes, deixando muitos camponeses na miséria e, ao tentar escapar de tal realidade, acabavam perdidos nos centros urbanos. No Brasil, os conflitos sociais entre



camponeses e as classes dominantes, e entre aqueles e o Estado, não são, como já esclarecido na primeira parte deste trabalho, recentes. Os movimentos de Canudos e do Contestado expuseram, de forma contundente, essa problemática. O messianismo de Canudos e o milenarismo do Contestado parecem prenunciar a composição de caráter messiânico, constitutiva e presente no MST. Tempos depois, restaurando o desejo de luta desses antigos conflitos e reunidos em prol de suas terras perdidas, surgiu o MST associado à Teologia da Libertação, apoiado pelas CEBs e pelas atividades pastorais das Igrejas.

Segundo Eric Hobsbawm, o milenarismo não deve ser considerado como “uma comovente sobrevivência de um passado arcaico” e sim como “uma força cultural nova, que permanece ativa, sobre uma outra forma, nos movimentos sociais e políticos modernos”. A conclusão que ele propõe ao fim do capítulo dedicado às ligas camponesas sicilianas tem, evidentemente, um alcance histórico, social e político mais largo e universal: “Quando está integrado a um movimento moderno, o milena-

rismo pode não somente tornar-se politicamente eficaz, como o faz sem perder o entusiasmo, aquela fé ardente em um mundo novo, e aquela generosidade emocional que o caracteriza mesmo em suas formas mais primitivas”. (LÖWY, 2016:230)[8].

A influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre o MST é relevante. A CPT é uma escola de agentes camponeses na defesa por lutas e direitos, procurando fortalecer a “autoorganização dos trabalhadores” (LÖWY, 2016:228). A utopia sociorreligiosa afirmava que o “Reino de Deus” não era uma transcendência, como já dito por Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), mas, sim, uma projeção da sociedade presente, fundada no amor, na justiça e na liberdade; um caminho para a “Terra Prometida”, segundo o modelo bíblico do Êxodo.

As lutas sociais presentes são teologicamente interpretadas como etapas que prefiguram e anunciam o Reino. Uma leitura inovadora e carregada de historicidade social da Bíblia é um dos ele-



mentos formadores decisivos deste milenarismo sui generis e da sua transmissão aos segmentos populares. (LÖWY, 2016:227).

Ademais, o movimento do Cristianismo da Libertação não agradou a todos, como àqueles que defendiam incondicionalmente as estruturas sacramentais e hierárquicas da Igreja tradicional, e, também, aos representantes conservadores do Estado laico, a exemplo dos consultores republicanos do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan:

A política externa norte-americana deve começar a enfrentar a Teologia da Libertação (e não simplesmente reagir a ela após o fato) [...] Na América Latina, o papel da Igreja é vital para o conceito de liberdade política. Infelizmente, forças marxista-leninistas usaram a Igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com ideias que são mais comunistas que cristãs. (apud LÖWY, 2016:122).

A mesma equipe de especialistas, agora sob mandato do presidente Bush, produz um segundo relatório, afirmando que os

marxistas estavam se utilizando de táticas gramscianas (hegemonia e ocupação de espaço), um meio mais eficaz de alcançar o poder: “dominando a cultura do país, o que significa garantir-se uma posição de grande influência sobre a religião, as escolas, a mídia de massa e as universidades.” (apud LÖWY, 2016:122).

No entanto, em meio às críticas feitas pelos Estados Unidos, surge um oponente maior, o Cardeal Ratzinger - e o Vaticano -, em Roma, cuja ação definiria, com muita força, os rumos que a Teologia da Libertação iria tomar. Contrário às expectativas do movimento religioso libertário, o grupo liderado por Ratzinger acusava os teólogos da libertação de substituírem os pobres da tradição cristã por proletariados marxistas. Rebatendo essa acusação, Leonardo Boff (apud LÖWY, 2016) afirmava que o marxismo era utilizado como uma mediação para a renovação da teologia. Pois, “os pobres” um conceito que obtém conotações morais, bíblicas e religiosas, uma vez que o próprio Deus é denominado por eles como “Deus



dos Pobres”, e que Cristo reencarna nas vítimas crucificadas do contexto atual. Determinando que os pobres pertencem à concentração de trabalhadores socialmente menosprezados.

No entanto, nem mesmo os pensadores clássicos da sociologia, Karl Marx e Max Weber, acreditavam na relação entre o cristianismo e o socialismo, pois afirmavam que a religião era apenas uma máscara colocada no capitalismo, e Marx ainda associava as instituições religiosas à manipulação financeira. Friedrich Engels (apud LÖWY, 2016) observa que, talvez, no futuro, a Igreja adquira um caráter crítico revolucionário, pelo fato de os primeiros cristãos, representantes do “cristianismo primitivo” (LÖWY, 2016:39), advirem da pobreza, do exílio, ou serem, originariamente, pequenos camponeses, traçando, dessa forma, um paralelo ao contexto do proletariado.

Tempos depois da suspeita de Engels, o sociólogo Walter Benjamin (LÖWY, 2005) desenvolve uma analogia, imaginando, como possibilidade futura, o estabelecimento de certa

relação entre o cristianismo e marxismo. A observação feita por Benjamin (LÖWY, 2005) está no Autômato jogador de xadrez, de Johann Nepomuk Maelzel (1769), em que há um boneco sentado frente à mesa de xadrez, e que sempre ganha a partida, pois em seu interior existe um anão que garante a vitória constante. Segundo o pensador judeu, o anão refere-se à teologia, e o boneco ao materialismo histórico. O materialismo histórico não obteria a constante vitória sem a teologia agindo de forma oculta. Interpretamos que o mesmo ocorreria caso estivesse no lugar do materialismo histórico a Teologia da Libertação, e na posição da teologia (o anão) estivesse o marxismo. Conforme Lucelmo Lacerda, para a Teologia da Libertação importa muito a adesão a um “Marx humanista e crítico social”, que pode auxiliar teoricamente nos valores da fé.

O teólogo Lucien Goldmann (apud LÖWY, 2016) desenvolve uma comparação entre a fé cristã e a fé marxista, em que se pode observar determinadas semelhanças: I) tanto a fé cristã



quanto a fé marxista recusam o individualismo puro e a crença nos valores transindividuais; II) ambas as fés pressupõem riscos, o perigo do erro e a esperança do sucesso; e, por fim, III) as duas possuem uma crença básica “que não é demonstrável no nível exclusivo de juízos factuais (LÖWY, 2016: 50). O único ponto distinguível entre as fés é o caráter supra-histórico e a transcendência religiosa. Cita Goldmann (apud LÖWY, 2016):

A fé marxista é a fé no futuro histórico que os próprios seres humanos construirão, ou que devemos fazer como nossa atividade, uma “aposta” no sucesso de nossas ações; a transcendência que é o objeto dessa fé não é nem supernatural nem trans-histórica, e sim, supra individual, nada mais e nada menos. (apud LÖWY, 2016: 50).

A novidade da Teologia da Libertação com relação à tradição da Igreja é que aquela consegue elaborar uma críti-

ca moral ao capitalismo, pois, como afirma Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), os pobres precisam de uma luta revolucionária e, como enfatiza Juan Carlos Scannone (apud LÖWY, 2016), o movimento não aceita a autonomia defendida pelo racionalismo moderno ou a separação das esferas temporal e espiritual, características da ideologia liberal do progresso. Tal como Benjamin (apud LÖWY, 2005), esses teólogos da libertação observam que populações estão sendo retiradas de seu ambiente rural e comunitário com o desenvolvimento abusivo do capitalismo, e estes camponeses estão sendo “jogados” nas periferias dos centros urbanos. Em posição divergente à de lideranças como Antônio Conselheiro, esses intelectuais não propugnam pela volta ao passado, mas, contrariamente, pensam em projetar valores passados em uma nova utopia.

Entretanto, deve-se considerar que, com o passar do tempo, a Teologia da Libertação já não detém tanta força como antigamente, de modo que muitos observadores e estudiosos



acreditam que ela esteja em seu fim, ou mesmo que já tenha acabado. Uma das causas para acreditar nesta afirmação foi a expansão dominante do ramo conservador evangélico entre os pobres latino-americanos. É certo que o desaparecimento do socialismo soviético e a ofensiva neoconservadora de Roma, sob o comando do Papa João Paulo II, influenciaram grandemente na fragilização da TL. No entanto, outros afirmam, como Michel Löwy (2016), que não se pode dizer que o movimento está intelectualmente desaparecido, pelo fato de ainda haver uma relação de dominação/exploração dos pobres e da natureza, associado a teorias marxistas clássicas, como na contribuição ecológica realizada por Boff: “Para evitar que [as forças produtivas] se transformem em forças destrutivas é necessário ‘privilegiar aquelas forças que são renováveis.’” (apud LÖWY, 2016: 203).

Löwy observa que, apesar disso, hoje, com a posse de um novo Papa em 2013, as portas do Vaticano abriram-se para o movimento, renovando a esperança em seu fortalecimento.

Esta relação iniciou-se a partir do momento em que Gutiérrez recebeu um convite do Vaticano, em setembro do mesmo ano em que Cardeal Bergoglio assumiu o papado. Após o convite aceito, houveram inéditos encontros do Papa com o movimento e com outros movimentos sociais, incluindo o MST. O primeiro encontro aconteceu em Roma, em outubro de 2014, e o segundo em território boliviano, em Santa Cruz, em julho de 2015. Tais visitas confirmam a simpatia do atual pontífice aos movimentos, e mostram que o mesmo também acredita que a lógica do lucro a qualquer custo causa a exclusão social e a destruição da natureza, sendo necessária a autoria dos pobres por sua própria libertação, através de movimentos/lutas sociais.

De qualquer modo, a Teologia da Libertação deixa sua marca registrada na América Latina, dando uma nova forma à cultura religiosa e política de várias gerações de militantes na região, contribuindo para que haja o nascimento de outros múltiplos movimentos sociais, religio-



hos ou políticos, desde associações de moradores de favelas até partidos trabalhistas com dinâmicas próprias.

Exemplo da ação do MST junto à Teologia da Libertação é a organização de um grupo de pessoas em Sumaré, no estado de São Paulo. A dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Vitor Barletta Machado demonstram os percursos da luta e o discurso messiânico na fala dos 14 personagens.

3.1 Narrativas de militantes do MST: religiosidade e messianismo

Com o grupo de indivíduos que saíam dos campos para os meios urbanos, onde se encontravam perdidos, surgiu um grupo de religiosos: freis capuchinos do bairro Nova Veneza, que lançaram como proposta a organização de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, no bairro Jardim Rosolém, de Sumaré, no ano de 1982. As primeiras discussões realizadas abordaram as mel-

hores condições de vida para os recém-chegados, que sofriam com a falta de rede de água e esgoto, energia elétrica e asfalto.

A maioria destas famílias também sofria com o desemprego e a falta de alimentos, o que fez surgir a ideia de organizar uma horta comunitária, considerando que a maior parte deles já trabalhara com a terra. Dessa forma, juntos conseguiriam alimentos a custos mais baixos. Isso fez surgir entre eles um forte vínculo, social e religioso; ao entrarem em contato novamente com a terra, os indivíduos lembravam o passado no campo, mesmos havendo algumas diferenças entre os conjuntos de pessoas. Estes, então, descobriam aspectos em comum, como cita Vitor Barletta Machado (2009: 25):

O trabalho cotidiano na horta levou os moradores ali envolvidos a lembrarem de seu passado familiar, redescobrimo suas raízes como trabalhadores rurais. As pessoas agora descobriam que tinham mais pontos em comum em sua trajetória do que o fato de morarem em um mesmo bairro: professavam uma mesma fé, passavam



pelas mesmas dificuldades e tinham um passado de vida e trabalho no campo. Percebe-se que a vivência de uma religiosidade comum dentro da CEB foi o início do contato entre as pessoas, agregando à identidade religiosa que então já possuíam um novo elemento, que era a experiência como trabalhadores rurais. Ainda que tal experiência fosse diversa, pois as famílias de alguns haviam sido pequenos proprietários, enquanto outros trabalharam como meeiros, ou mesmo como assalariados temporários no corte de cana-de-açúcar, o vínculo com o trabalho realizado com a terra estabeleceu-se de maneira forte entre aquelas pessoas.

Assim, com a criação da horta, nas discussões da CEB as famílias começaram a pensar na possibilidade de voltar, a viver como agricultores. Ademais, entrando em contato com movimentos em outros lugares, pessoas vinculadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a almejar a conquista pela terra. Para os momentos em que se juntavam, preparavam leituras de textos bíblicos, principalmente o Êxodo, como propunha Gutiérrez, para justificar a luta que iniciavam.

A leitura bíblica do Êxodo é uma prática messiânica [9], adotada pelo MST, que advém dos movimentos sociais rurais passados, entretanto com uma ótica diferente. Os movimentos de Canudos e Contestado (FERREIRA, 2008) utilizavam a leitura do Êxodo com o objetivo utópico de retornarem a uma comunidade cristã primitiva (MARTINS apud OTTEN, 2007), pois o texto do Êxodo se refere à caminhada do povo de Israel em busca da Terra Prometida, como cita Martins (apud OTTEN, 2007: 9):

O projeto do “êxodo” de Antônio Conselheiro[...] resulta num retorno utópico à vida da comunidade cristã primitiva. A vivência desta comunidade, a “vita communis”, é o ideal popular de uma sociedade justa e fraterna, na qual igualmente são atendidas tanto as exigências de Deus quanto os anseios humanos de uma vida digna.

Assim como os movimentos de Canudos e Contestado, o MST comprova suas heranças messiânicas ao utilizar a leitura bíblica do Êxodo, porém de outra maneira (FERREIRA,



[2008][10]). A leitura do Êxodo é fornecida para seus agentes como exemplo para a luta pela terra, em que eles enfrentariam dificuldades e sofrimentos, como o povo de Israel, e que não deveriam deixar as frustrações serem motivo de desânimo, apenas meros obstáculos, que os tornariam ainda mais fortes.

Barletta (2009) destaca três períodos do movimento para a conquista da terra: I) a préconquista, que englobava o processo de formação do grupo através das reuniões da CEB; II) a conquista, contando o tempo transcorrido desde a primeira ocupação até a obtenção definitiva; e III) a pós-conquista, marcando as mudanças dentro do projeto inicialmente elaborado. Com o movimento ocorrendo, tais sujeitos acabam por organizar e refletir sua própria história, um dos pontos propostos pela Teologia da Libertação.

Nas organizações de resistência que buscam a conquista da terra, sempre se destaca o discurso messiânico, não utilizando de violência direta, mas da fé religiosa. Machado

(2009) cita Calixto, um dos agentes entrevistados: “tudo que é ligado na terra é ligado no céu”. Outra entrevistada, Dona Tereza, mediante os embates com as tropas policiais - que aspiravam a retirada dos sujeitos das terras por eles ocupadas -, a todo tempo reiterava sua fé: rezava e pedia a Deus que iluminasse a mente dos homens (policiais), para que não usassem de agressão contra eles, pois eles tinham direito à terra, como qualquer outro indivíduo, uma vez que a terra é concedida por Deus. Tal discurso muito se assemelha ao dos messias de Canudos e Contestado, que afirmavam a todo tempo que quem concede a terra a eles é Deus, e não o governo. Ainda contanto semelhanças entre os discursos, os atores do movimento de Sumaré afirmam que é preciso que a pessoa disposta a assumir a liderança do movimento “venha da alma”, imagem descrita pelos messias de outrora, que se diziam escolhidos por Deus.

Além do discurso religioso, a ação do grupo se liga ao pensamento socialista, já descrito, nas associações



com o marxismo, utilizadas pelos teólogos da libertação, como sintetizar e organizar uma horta coletiva e cooperativa, além de sempre discutir coletivamente as decisões, em assembleias. Este cooperativismo era a expressão chave do socialismo, segundo Machado (2009: 90):

Destacar a situação de completa exclusão em que as pessoas se encontram é parte do trabalho de convencimento da base feito pelo MST, dentro da diretriz geral do movimento de lutar pelo estabelecimento do socialismo, ou seja, transformar completamente a sociedade, abolindo o capitalismo e inaugurando uma era marcada por uma nova lógica produtiva, a do coletivismo e cooperativismo.

O conceito adquire tamanha importância, porque o sistema capitalista e o processo de globalização – junto do desenvolvimento tecnológico - intensificavam a individualização dos sujeitos. A coletividade do MST prioriza o cooperativismo como um elemento importante no aspecto de luta, como é ob-

servado nos dizeres de Marx (2017), em sua obra O manifesto comunista, em que afirma ser necessário que todos os trabalhadores se unam para conquistar uma nova lógica produtiva.

Entretanto, com o passar do tempo, após a conquista da terra e com a chegada de outras famílias, começam a haver conflitos no sistema coletivo, resultando na decisão pela separação de lotes para a horta. Calixto afirma, a partir de tal separação, em um discurso messiânico, que se trata de “Deus ensinando a gente a dar mais um passo”, pois é Deus que vai revelando os caminhos (apud MACHADO, 2009).

Portanto, é através da luta que conseguem conquistar seus objetivos, e deixam de ser alvos da caridade: os indivíduos aparecem e revelam-se enquanto agentes de sua história e libertação, sempre colocando a coletividade e a fé como pontos cruciais para a resistência. Vale ressaltar o discurso de Dona Tereza, que afirma que eles venceram pela certeza de que não estavam sozinhos “nós estava



com Deus no coração”, e que enfrentavam tudo com “fé e coragem no coração”, pedindo forças “ao Sagrado Coração”, sem deixar de rezar, “pedindo a Deus proteção”.

Para o Movimento, a mística é uma energia misteriosa que parece tocar cada um para resistir aos momentos de repressão, enfrentar as dificuldades diárias nos acampamentos, permanecer na luta e seguir em frente. Em poucas palavras, a mística é a arte de motivar a militância. (GONÇALVES, op. cit., p. 152).

Ainda que ciente do pedido dos agentes - um pedaço de terra para sobreviverem - o Estado tentava contornar a situação, oferecendo-lhes empregos em indústrias, para inseri-los nos moldes capitalistas. No entanto, o grupo ignorava tais propostas, e persistia nas exigências iniciais que lhe haviam feito: um pedaço de terra.

A Teologia da Libertação, procurando a construção de uma nova realidade, se aproxima do conhecimento das ciências sociais, segundo Boff (apud MACHADO, 2009:

106), como um instrumento analítico, descobrindo a causa da opressão dos povos e ajudando a elaborar modelos de sociedade. Leonardo Boff (apud MACHADO, 2009:107) afirma: “Toda teologia é libertadora ou nem é teologia”, reforçando a importância do papel do teólogo, o agente que leva a palavra de Deus para libertar seu povo do cativeiro.

Sua função é a do intelectual orgânico: ajuda as classes oprimidas a tomar consciência, a desmascarar as ideologias castradoras, a elaborar e manter a visão global, etc. Em contato com as bases se enriquece, mantém vigilante a própria linguagem e compromete-se com seu destino em outro nível de luta. (BOFF apud MACHADO, 2009:107-108).

O teólogo, então, tem como propósito levar o povo a compreender as condições da situação em que se encontra, a fim de provocar nos trabalhadores o desejo da transformação, propondo ações revolucionárias para intensificar o movimento. Como relatam os agentes estudados por



Machado (2009), a presença dos padres e dos religiosos foi ponto principal para a conquista da terra, pois sem os líderes religiosos a mobilização provavelmente não ocorreria.

Outro ponto importante é a conexão com a Igreja Católica[11], prioridade para o movimento. Acreditava-se que, seguindo os dogmas desta religião, haveria a salvação e redenção da comunidade, como observado no movimento de Canudos, que mesmo fora dos padrões católicos, em nenhum momento se desliga totalmente da religião, aderindo a um catolicismo popular que pretendia ser autônomo à Igreja. É dentro do defendido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se reúnem as pessoas e se inicia o movimento.

Mesmo após a conquista da terra, os indivíduos continuavam a realizar os encontros religiosos que deram início ao movimento de luta (CEBs), denominando-os como momento da Leitura Orante. Nas reuniões da Lei-

tura Orante os moradores do assentamento se juntavam, e uma pessoa de fora conduzia as leituras e as discussões, para aprofundar a compreensão dos presentes à mensagem bíblica. Além, também, de o encontro servir como momento de reflexão de cada pessoa sobre sua trajetória. O encontro geralmente é conduzido em quatro etapas: leitura, meditação, oração e contemplação. A intenção é que, através do texto bíblico, cada um avalie seu comportamento para transformá-lo, como descrito na fala de Antônio Segura, morador entrevistado por Machado (2009: 97):

Nós víamos a realidade, julgávamos a realidade à luz da fé, à luz da Bíblia e partia pra alguma realização de algum trabalho. Pra que aquele povo saísse daquela situação. Porque a gente via que aquela realidade não era a realidade que Deus queria. Então nossa consciência levava a gente a mudar. (Informação verbal, Antônio Segura, 2001).

O desejo que predomina entre eles é que a mensagem



bíblica revele o verdadeiro significado da humanidade, para que seja abandonado o uso da violência, compreendendo a mensagem de Deus. Ao se tratar da violência, estes se referem a momentos vividos na trajetória da conquista da terra, como o dia em que foram algemados e tratados como bandidos. A situação fez muitos se sentirem envergonhados diante de seus filhos, pois a opção ao participar do MST era lutar por um pedaço de terra para garantir o sustento de suas famílias, mas sempre movidos pela honestidade e dignidade. O movimento se caracteriza por uma luta que propõe mudar a sociedade, desafiando o Estado e, tendo a frente os líderes religiosos, prática já observada em Canudos e Contestado, movimentos localizados. Entretanto, há como diferença o fato de estes não estarem dispostos a uma guerra violenta; apenas buscam conseguir seu pedaço de terra através do modelo constitucional, conversando com os agentes superiores do Estado, e convictos de que a justiça de Deus será realizada.

Os embates ocorrem entre líderes e camponeses contra detentores e financiadores da política. Existem, porque os agentes de luta sabem o que buscam e o que dizem, baseados nos princípios tradicionais que os movimentam. Ocupações e manifestações dos indivíduos acontecem pela luta constante por uma Reforma Agrária, que consiste na garantia, pelos poderes públicos, ao acesso à terra. Como afirma Machado (2009) em sua tese, houve a superação de vários problemas, tornando a condição de vida destas pessoas melhores, mas ainda não ocorreu o principal: a superação da lógica do sistema que proporcionou tantas necessidades.

4 Conclusão

Considera-se, então, que os movimentos messiânicos e milenaristas ocorridos entre o final do século XIX e início do XX, Canudos e Contestado, são base histórica para a existência dos movimentos atuais, como o Movimento dos



Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressaltando que a marcante desigualdade social dos tempos passados ainda se encontra presente com forte caracterização. O fato observado é que os agentes de luta continuam sendo os camponeses, que desde os tempos remotos procuram conquistar um pedaço de terra para sobreviver. Apoiados em discurso de caráter religioso, os agentes de tais movimentos revelam a crença de que Deus concede a terra a todos, estando eles, no direito de povo de Deus, aptos a lutar por um pedaço de terra.

Ao pesquisar o MST e o conjunto ideológico que sustenta a sua luta, observa-se a presença do marxismo advindo da vinculação com a Teologia da Libertação. Com a aproximação marxista, a Igreja Católica abre espaço para as teorias de Karl Marx, base para a concretude da Teologia da Libertação e seus ideais. Pois como Marx tinha por objetivo acabar com a desigualdade entre capitalistas e proletários, os agentes do movimento buscam o fim da desigualdade so-

cial do povo em face da classe média alta e de seus governantes. E assim, na comparação realizada na obra de Löwy (2005) através do autômato jogador de xadrez, em que o materialismo histórico tem como precursor de sua conquista a teologia, hoje a teologia, na mesma posição ocupada pelo materialismo histórico, tem como base aliada o marxismo, estando o MST movido pela TL, e a TL movida pelo marxismo.

A pesquisa de campo realizada por Machado (2009), tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese de doutorado, demonstra a forte presença da religião vinculada ao marxismo nos agentes do Assentamento participantes do MST junto à TL. A religião é destaque nos encontros da CEBs, onde os agentes se organizam para a leitura bíblica e o momento de oração, pedindo sempre que Deus lhes dê forças para a conquista da terra, trazendo para estes encontros padres e teólogos da Igreja Católica, profissionais da fé, de extrema importância para o movimento.



É nos dizeres religiosos dos personagens de luta que é possível observar a presença da leitura bíblica do Êxodo como herança messiânica dos movimentos passados. Isso porque Canudos e Contestado tomavam como exemplo a ser seguido o Êxodo, que narra a caminhada do povo de Israel para a Terra Prometida. Da mesma forma, o MST realiza, nas reuniões das CEBs, a leitura do Êxodo como exemplo a ser seguido por seus agentes de luta. A luta do povo de Israel inspira a luta atual pela terra, o que, sob certo aspecto, revela a presença do messianismo também no MST.

Portanto, é essencial que fique claro para o leitor que o movimento atual, o Movimentos Sem Terra, não possui um caráter messiânico como os movimentos passados. Os movimentos de Canudos e Contestado, são apenas bases históricas, uma herança, que influenciou na existência do MST. Porém, diferentemente da crença dos fiéis passados, os integrantes do MST lutam através da democracia, de forma

organizada e com objetivos bem definidos, buscando melhorias na sociedade e a concretização da Reforma Agrária.

Notas

[1] A Lei de Terras, nº 601, foi concedida no dia 18 de setembro de 1850, sob o reinado do imperador Dom Pedro II. Tinha por objetivo organizar doações que haviam sido feitas no início do processo de colonização portuguesa, regularizando e incentivando a imigração de estrangeiros para o país, que ao chegarem encontravam dificuldades ao acesso à terra (ANGELO, 2007).

[2] Max Weber, um clássico da sociologia, observa em seus estudos que há, no meio social, três tipos puros de dominação legítima: I) dominação tradicional: relação de fidelidade entre os súditos e o seu senhor; II) dominação carismática: relação de devoção entre o dominado e o dominador ligada a “dom” pessoal do líder, seja ele um líder guerreiro, um profeta ou um grande demagogo; III) dominação legal: é o tipo mais puro de dominação burocrática, pois é por intermédio desta que há a possibilidade de se criar ou modificar qualquer direito. Aqui, a relação entre dominador e dominado implica em disciplina (WEBER, 2003).

[3] Pesquisadores constatam que vários homens ao longo dos anos usaram a denominação de João Maria, sempre agindo da



mesma maneira que os anteriores. Houve pelo menos cinco homens que se proclamaram o monge João Maria, mas apenas três deles destacaram-se na história (KUBASKI, 2012).

[4] A CPT foi criada no final da década de 1970, em uma parceria da Igreja Católica com a Igreja Luterana; tem por objetivo promover ações de conscientização dos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, desenvolver sindicatos e outros meios de organizações para esses trabalhadores (CORSO, 2012).

[5] A Teologia da Libertação, com identidade católica, surge como resposta à contradição existente na América Latina entre a presença da pobreza extrema e os princípios cristãos de igualdade entre os seres humanos (NORONHA, 2012). Ela rompe com os conceitos tradicionais da Igreja institucional, defendendo os ideais de igualdade sociais e direitos humanos. A reflexão existente entre a CPT e a Teologia da Libertação é que a Teologia da Libertação promove ações por meios das Comunidades Eclesiais de Base, CEBs (comunidades inclusivistas) e das Pastorais Sociais, como a CPT (CORSO, 2012).

[6] Os envolvidos nas revoltas de Canudos e Contestado acreditavam fielmente no juízo final para viveram no paraíso. Décadas mais tarde, a teologia de Gutiérrez pensaria o movimento popular em chave diferente.

[7] As barragens hidrelétricas, que têm por objetivo utilizar a água - como recurso renovável - para a produção de energia, são implementadas no país no final do século XIX, mas adquirem maior relevância após a Segunda Guerra Mundial. Como trabalhado na citação acima, as barragens acabam por ser prejudiciais não somente aos indivíduos que a cercam, mas também para o meio ambiente. Isso porque o espaço ocupado para seu desenvolvimento é composto por reservas florestais, o que traz prejuízos à fauna e a flora, e também às populações que ali habitam, como indígenas e comunidades tradicionais, povos com dificuldades em mudança e adaptação a novos espaços (PENA, 2013).

[8] O milenarismo descrito por Hobsbawm (apud LÖWY, 2016, p. 230) nesta citação não se refere ao mesmo milenarismo analisado no início deste artigo por Negrão (2001). Negrão (2001) observa que o milenarismo nos antigos movimentos rurais sociais brasileiros, como Canudos e Contestado, acreditavam no juízo final que aconteceria para salvar seus fiéis, e como Contestado, a partir da concepção de escathon final, na ressurreição do monge. Já o milenarismo que Hobsbawm observa condiz ao mundo moderno, não obtendo sua força na transcendência, mas, sim, nos movimentos sociais e políticos. Movimentos estes de fé, mas em que os agentes, ao in-



vés de buscar o Juízo Final, procuram fazer justiça no plano material, na realidade vivida, tendo por objetivo a fundação de uma sociedade baseada no amor, na justiça e na liberdade.

[9] As práticas messiânicas correspondem a movimentos guiados pela fé de um determinado grupo de pessoas que buscam através do divino a justiça dos oprimidos.

[10] “Data certa, conhecida pelo pesquisador, porém não identificada na obra.” (SILVA, SILVEIRA; 2014: 61).

[11] Machado (2002) entrevista Ângelo, um dos agentes do movimento, que afirma que 90% das pessoas que compunham o movimento eram católicas, e outros 10% eram de outras religiões, havendo até mesmo uma budista.

Referências

ALMEIDA, Felipe. Lei de Terras. Mapa: memória da administração pública brasileira, Rio de Janeiro, 03 mar. 2015. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=7780>> . Acesso em: 03. mar. 2017.

ANGELO, Vitor Amorin. Lei de terras: lei de 1850 contribuiu para manter concentração fundiária. UOL: especial para a página 3 pedagogia e educação, 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/>

historia-brasil/lei-de-terras-lei-de-1850-contribuiu-para-manter-concentracao-fundiaria.htm> . Acesso em: 02 jul. 2018.

CORSO, João Carlos. Identidade dos Sem Terras: as questões identitárias nos discursos da CPT e do MST. Revista Tempo, Espaço, Linguagem, Irati, v. 03, n. 02, p. 45-61, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/tel/article/view/3010/3105#.WMYRlG_yuUk>. Acesso em: 24 fev. 2017.

DOMINGUES, Eliane (2005). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contestado e Canudos: algumas reflexões sobre a religiosidade. Maringá, Memorandum, 8, 38-51. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/ Domingues01.htm>> . Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Fábio Alves. Contestado e MST: semelhanças e continuidade. Porto Seguro (BA): 26º Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 jun. [2008].

KUBASKI, Derek. Os monges “Joões Maria” de um Paraná caboclo. Gazeta do Povo, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/>



vida-e-cidadania/osmonges-jooes-marias-de-um-parana-cabo-clo-2sqvmy0cwmigb0dl9z6fdce> Acesso em: 14 jul. 2017.

LACERDA, Lucelmo. *Marxismo e Teologia da Libertação: uma reflexão (im) pertinente*. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de PósGraduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/05/INIC0000960%20ok.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2017.

LÖWY, Michel. *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. MACHADO, Vitor Barletta. *Agentes religiosos, motivação política: a influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo*. 2002. 179f. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Ciências Sociais, São Paulo. 2002.

MACHADO, Vitor Barletta. *Os caminhos da libertação: valores presentes na luta pela terra*. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. *Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária*. Cadernos EBAPE. BR, v. 5, nº 4, dez. 2007.

MARX, Karl. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Duas cidades, 1974.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n. 46, p. 119-129. jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>> . Acesso em: 05 mar. 2017.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. *Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento*. Fragmentos da Cul-



tura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307/1410>> . Acesso em: 02 mar. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. Hidrelétricas no Brasil. Mundo Educação: geografia física do Brasil, 2013. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/hidreletricas-nobrasil.htm>> . Acesso em: 03 jul. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 2ª. ed., São Paulo, Editoria Alfa-Omega, 1977.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. Messianismo e conflito social: guerra sertaneja do contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

WEBER, Max. Sociologia. Organizador: Gabriel Cohn, 5ª edição, São Paulo: Editora Ática, 2003.

